

JULHO 2026

192ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Imagem criada com ChatGPT sobre foto de Agência Brasil/Gazeta do Povo

VÍTIMA INTENCIONAL

Tarifaço dos EUA renova discurso eleitoral de
Lula contra Flávio e solução fica de lado

Quem é Fernanda Bolsonaro,
que cresce na pré-campanha
após saída de Michelle

Escolas argentinas
promovem o patriotismo. Por
que isso se perdeu no Brasil

Índice

Editorial: Alexandre de Moraes decide que Jair Bolsonaro é um homem sem direitos 04

Polzonoff: A OAB acordou? 12

Antonio Cabrera: A geada que mudou para sempre a vida de uma família — e todo o agro brasileiro 16

Tarifação renova discurso eleitoral de Lula contra Flávio e solução fica de lado 26

Quem é Fernanda Bolsonaro, que cresce na pré-campanha após saída de Michelle 39

Como as escolas argentinas promovem o patriotismo – e por que isso se perdeu no Brasil 48

Como Eraí Maggi construiu um império no agro 68



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Flávio Bolsonaro está impedido de visitar o pai, Jair Bolsonaro, até meados de outubro, por ordem de Alexandre de Moraes. (Foto: Google Flow sobre foto de Wilson Dias/Agência Brasil)

EDITORIAL

Alexandre de Moraes decide que Jair Bolsonaro é um homem sem direitos

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu por 90

dias as visitas do senador Flávio Bolsonaro a seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro – atualmente em prisão domiciliar –, reforçou uma percepção que qualquer brasileiro minimamente provido de bom senso já tinha: a de que, no Brasil, o direito consiste menos em aplicar a lei sem olhar a quem e mais em infligir todo dano possível aos considerados “inimigos”.

É só assim que a divulgação de uma carta manuscrita, redigida pelo ex-presidente, pode servir de pretexto para Moraes levar adiante seu projeto de decretar a “morte civil” de Jair Bolsonaro.

O artigo 41, XV, da Lei de Execução Penal garante ao preso o direito ao “contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da

leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes” – exceto se o preso for Jair Bolsonaro e o destinatário for Flávio Bolsonaro. O inciso X do mesmo artigo dá ao preso o direito à “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados” – exceto se o preso for Jair Bolsonaro e o parente for Flávio Bolsonaro.

O artigo 7.º, III, do Estatuto da Advocacia garante ao advogado o direito de “comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis” – exceto se o cliente for Jair Bolsonaro e o advogado for Flávio Bolsonaro. É

assim que funciona o direito peculiar de Alexandre de Moraes.

Mas nem todo ex-presidente condenado e preso foi tratado dessa maneira.



Arbítrio, silenciamento, interferência eleitoral... esse tem sido o habitual quando se trata das decisões de Moraes envolvendo Bolsonaro

Ao longo dos quase 600 dias em que Lula esteve preso na sede da Polícia Federal em Curitiba, ele enviou cartas a meio mundo – seu então advogado Cristiano Zanin leu uma delas, assim como Flávio leu a carta de seu pai –, concedeu entrevistas, ungiu seu “poste” Fernando Haddad

para concorrer ao Planalto em seu lugar em 2018, e recebia todo tipo de visitas, inclusive de caráter político. Privilégio? Não – tratava-se da mera aplicação da lei, o que escancara ainda mais a hipocrisia de petistas como Lindbergh Farias, que pediu a volta de Jair Bolsonaro para o regime fechado devido ao exercício do mesmo direito que foi amplamente garantido a Lula.

Argumentar que Jair Bolsonaro teria desrespeitado a medida cautelar que proíbe a utilização de redes sociais “diretamente ou por intermédio de terceiros” serve apenas para ressaltar o absurdo daquela proibição, desproporcional e sem fundamento. Além de punir uma pessoa por atos que ela não cometeu, o silenciamento imposto ao ex-presidente não

cumpra nenhum dos critérios legais para uma medida tão extrema.

A comunicação do preso pode ser restringida ou vigiada quando se sabe ou suspeita que ela esteja sendo usada com propósitos criminosos – até mesmo conversas entre advogado e cliente, protegidas por sigilo, podem ser monitoradas quando há indícios de que elas estejam servindo, por exemplo, para passar recados a facções criminosas. Um apelo por apoio político, como o que está na carta de Jair Bolsonaro, está muito longe disso, e não constitui sequer ilícito eleitoral que pudesse ser usado contra Flávio, já que não existe pedido explícito de voto.

Acrescente-se ao arbítrio a dimensão eleitoral da decisão. Moraes pode ter saído do TSE, mas ao

que tudo indica o TSE não saiu dele, dada sua disposição em seguir interferindo nos pleitos presidenciais, já que Flávio é o pré-candidato indicado pelo pai à disputa pela Presidência da República em outubro. A título de comparação, as visitas de Haddad a Lula durante a campanha de 2018 eram uma rotina das segundas-feiras, e só foram interrompidas entre o primeiro e o segundo turno por decisão dos próprios petistas, sem nenhum tipo de interferência da Justiça.

Arbítrio, silenciamento, interferência eleitoral... a bem da verdade, nada disso surpreende: esse tem sido o habitual quando se trata das decisões de Moraes envolvendo Bolsonaro, e já há um bom tempo. Um hábito regado com o silêncio ou até o aplauso de muitos que fecharam os olhos às sucessivas violações de garantias constitucionais,

apenas porque o alvo era um político que parte da sociedade rejeita.

Mas decisões judiciais não podem ser tomadas nem avaliadas com base em simpatias ou antipatias, e sim com base no que diz a lei; qualquer coisa fora disso é impor ou apoiar o estado de exceção.



[Voltar ao índice](#)



A AOB acordou, se espreguiçou, escreveu um ofício semicorajoso... e voltou a dormir. (Foto: ChatGPT)

OPINIÃO

Polzonoff

A OAB acordou?

Tadinha da OAB. Ela estava lá, dormindinho e até roncandinho em seu terninho de adevogada. Embalada por sonhos democráticos, ela ignorava solenemente os muitos abusos dos ministros do

Supremo Tribunal Federal. Sobre Filipe Martins?
Zzzzzzzzz. Sobre declarações fora dos autos,
atuação político-partidária de ministros,
convescotes lisboetas, tayayás e contratos
milionários, zzzzzzzzzzzzzzzzzzz, zzzzzzzzzzzzzzzzzzz,
zzzzzzzzzzzzzzzzzzzz. Até que... não deu. Não deu mais
para ignorar a barulheira.

Ao impedir Jair Bolsonaro de ter contato com o
próprio filho, Flávio, e ao impedir o ex-presidente
de se comunicar com o mundo externo,
Alexandre de Moraes mais uma vez violentou a
Constituição. A Constituição que não aguenta
mais pedir, implorar, gritar socorro!, me ajuda!
Mas ninguém ouve. E mais esse abuso seria
ignorado por uma OAB omissa em seu
vergonhoso sono profundo, não fosse um
detalhe: a decisão de Moraes fere o Estatuto da

Advocacia. Porque, além de filho e pré-candidato, Flávio Bolsonaro é advogado do próprio pai.

“Que saco!”, disse a OAB, se espreguiçando. De si para si, e exalando um putrefato hálito vespertino, ela amaldiçoou Alexandre de Moraes por tê-la tirado do seu soninho toto. E se pôs a escrever um semicorajoso ofício pedindo ao tirano para pensar melhor. Um ofício que praticamente pede desculpas por contrariar a vontade de Sua Excelência. Uma ofício com o rabinho entre as pernas, mas ainda assim um ofício que é assim quase um milagre. Um ofício que é um tiquinho melhor do que o costumeiro nada.

Se Alexandre de Moraes corre algum risco de ter de atender ao pedido da OAB? Duvido, mas tudo é

possível nessa farsa em que vivemos. Talvez o carrasco queira posar de magnânimo. Não seria a primeira vez. De respeitador das leis – coisas que ele definitivamente não é. Nesse caso, o ofício da OAB terá cumprido seu papel de elemento cênico nessa grande mentira que é o nosso Estado Democrático de Direito. Pronto. Agora pode beber seu leitinho, tomar seu rivotrilzinho, botar sua máscara de pusilanimidade e voltar à letargia de sempre. Nana neném.



do Povo.

Autor: Paulo Polzonoff Jr. é jornalista e escritor, não necessariamente nessa ordem. Já foi também tradutor, mas agora não tem tempo. Na Gazeta do Povo, escreve sobre política, cultura, filosofia e assuntos da atualidade. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta



[Voltar ao índice](#)



Meu pai, ao lado de um cafeeiro que precisou ser arrancado depois da Geada Negra de 1975. (Foto: Arquivo pessoal)

OPINIÃO

Antonio Cabrera

A geada que mudou para sempre a vida de uma família

Neste sábado, 18 de julho, faz 51 anos de um dos dias mais duros da história do agro brasileiro — e

da minha própria história. Para muitos, essa é uma data histórica. Para mim, é uma fronteira no tempo: existe a vida antes e a vida depois daquela madrugada. Sou filho de imigrantes que vieram para o Brasil para trabalhar na lavoura de café, em São Paulo. Cresci ouvindo o barulho da colheita, sentindo o cheiro do terreiro de secagem e acompanhando a expectativa de cada safra como quem espera o veredito de um ano inteiro de trabalho. Por isso, o café nunca foi apenas uma bebida ou uma mercadoria para a minha família. Foi trabalho, esperança, integração e a possibilidade de construir uma nova vida no interior de São Paulo.

Mas, na madrugada de 18 de julho de 1975, veio a Geada Negra. Uma massa de ar polar vinda da Antártida varreu o Sul e o Sudeste do Brasil, com

temperaturas negativas registradas em grande parte das áreas produtoras do interior paulista. Em Londrina, no Paraná, o termômetro chegou a -9°C junto ao solo, um registro extremo para aquela região. Não foi uma geada comum: o frio extremo, combinado ao ar seco, congelou os tecidos internos das plantas, sem a formação da camada branca de cristais normalmente associada às geadas. No dia seguinte, os cafezais pareciam ter sido queimados pelo fogo.

Só em São Paulo, estima-se que cerca de 200 milhões de pés de café foram destruídos naquela madrugada — somados a mais de 700 milhões no Paraná, num total de quase 1 bilhão de cafeeiros dizimados em poucas horas.

Naquele período, o Paraná concentrava cerca de metade da produção brasileira, chegou a cultivar 1,8 milhão de hectares e colhia, em média, 20 milhões de sacas. No ano seguinte, a produção desabou e, em vastas áreas, nada pôde ser colhido. Em muitas regiões paulistas, a cafeicultura simplesmente deixou de existir dali em diante, dando lugar à cana-de-açúcar e, em outras áreas, ao eucalipto. No Paraná, o vácuo deixado pelo café abriu caminho para a expansão da soja, que se tornaria, poucos anos depois, o novo motor econômico do estado — e, mais tarde, um dos pilares do agro nacional.

O mapa da produção mudou, mas também mudou o mapa das famílias. Trabalhadores deixaram o campo, propriedades foram vendidas, cidades perderam população e muitos

agricultores partiram em busca de novas fronteiras onde pudessem começar novamente.

A geada mudou a geografia do café e da própria agropecuária brasileira. O impacto foi sentido além das fronteiras do Brasil: no mercado internacional, o preço da saca de café subiu fortemente nos anos seguintes, evidenciando como uma única madrugada, em duas regiões do país, foi capaz de alterar o preço do café no mundo inteiro.

Mas os números não contam tudo.

Não foi só uma perda agrícola. Foi um cataclismo social. Famílias inteiras — muitas delas de imigrantes que tinham atravessado o oceano justamente para plantar café em terra estranha

— viram, da noite para o dia, décadas de trabalho reduzidas a cinzas de gelo.



Uma única madrugada, em duas regiões do país, foi capaz de alterar o preço do café no mundo inteiro

A geada não destruiu apenas árvores. Interrompeu contratos, eliminou empregos, desfez planos e obrigou pais a explicar aos filhos que o futuro imaginado até a véspera já não existia. Lembro do impacto daquele dia dentro de casa. Não era só uma safra perdida — era um projeto de vida inteiro. Aprendi, com o meu pai, de maneira dolorosa, que uma única madrugada pode alterar o destino de várias gerações.

Não há romantismo na ruína. Recomeçar significou assumir novas dívidas, vender patrimônio, abandonar atividades conhecidas e tomar decisões sem qualquer garantia de sucesso. Mas o que aprendi com esse episódio, e que carrego até hoje, é que a tragédia também foi o início de uma reinvenção. Onde antes havia monocultura cafeeira, nasceram novas culturas, novas cadeias produtivas e uma agricultura mais diversificada e tecnificada. Nenhuma medida estatal poderia decidir, arriscar, trabalhar e replantar no lugar do produtor. Foram as famílias rurais que se reinventaram, testaram novas culturas e reconstruíram suas vidas — porque a alternativa era desistir.

Recordo a força de homens e mulheres que, diante de lavouras mortas, não permitiram que a

esperança também morresse. Alguns replantaram. Outros mudaram de cultura, de cidade ou de estado. Muitos começaram novamente do zero. O agro brasileiro não foi construído apenas por grandes colheitas. Foi construído também por pessoas que perderam tudo — e encontraram coragem para recomeçar.



Onde antes havia monocultura cafeeira, nasceram novas culturas, novas cadeias produtivas e uma agricultura mais diversificada e tecnificada

Cinquenta e um anos depois, quando falo sobre liberdade econômica, sobre a capacidade do produtor rural de se adaptar, competir e recomeçar, não falo de teoria. Falo de uma geada

que atravessou a história da minha própria família — e de milhares de outras — e que, mesmo destruindo tudo, não conseguiu destruir a vontade de replantar.

Liberdade econômica, para quem vive no campo, não é uma abstração acadêmica. É a possibilidade de mudar de cultura, buscar novos mercados, adotar tecnologia e reconstruir a própria vida quando todas as certezas desaparecem.

Hoje, ao tomar um café, penso nos imigrantes que vieram trabalhar nessa lavoura, na minha família e em todos que perderam tudo naquela madrugada de 1975 e, mesmo assim, encontraram uma forma de continuar. Talvez essa seja a maior lição daquela madrugada: resiliência não é permanecer de pé diante de

tudo. É cair, olhar para uma lavoura destruída e ainda encontrar forças para plantar novamente.

A geada foi negra, mas luminosa foi a resposta daqueles agricultores.



Autor: Antonio Cabrera é médico-veterinário, empresário do agronegócio e presidente do Grupo Cabrera. Foi ministro da Agricultura e Reforma Agrária — o mais jovem da história — e secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Integra o Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e preside o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica. **Os textos do colunista não

expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: para o americano, Lula colocou o ego à frente do interesse nacional. (Foto: EFE/EPA/SHAWN THEW/Octavio Guzmán)

"Defesa da soberania"

Tarifaço renova discurso de Lula contra Flávio. Solução fica de lado

Por Silvio Ribas

O anúncio do novo tarifaço americano na noite desta quarta-feira (15) colocou em plano

secundário, no governo brasileiro, a busca por uma solução nos terrenos diplomático e comercial, e engrossou o discurso eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra seu principal concorrente na disputa pela sucessão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Desde as primeiras ameaças de sobretaxação, o governo petista atribui a crise às articulações da família Bolsonaro com a administração de Donald Trump, enquanto a oposição de direita sustenta que o endurecimento da relação bilateral se deve à condução hostil e relapsa do lado brasileiro. Logo após a decisão americana, Lula voltou a afirmar que o Brasil reagirá às medidas “em defesa de sua soberania”, socorrendo setores afetados e buscando a retaliação comercial, o que é apontado por exportadores e especialistas como algo que pode agravar o impasse.

No âmbito doméstico, o presidente acusou os Bolsonaro de “entreguismo”, visando “submeter o Brasil aos interesses dos Estados Unidos”. Em nota à imprensa, após rebater as acusações do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), o petista afirmou que “é triste constatar que o lamentável desfecho das investigações baseadas na Seção 301 faz parte do enredo construído com a ativa colaboração da família Bolsonaro”. “São falsos patriotas que arquitetaram e defenderam publicamente ações contra o nosso país, movidos por objetivos eleitoreiros. Não se pode amar o Brasil apenas quando vencemos eleições”, diz o texto.

Pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL) frisou que a sua atuação sempre buscou

evitar o agravamento da crise comercial e insistiu que a sobretaxação deveria ser suspensa, e não intencionalmente utilizada como um instrumento de disputa eleitoral.

Secretário dos EUA aponta desinteresse de Lula e Vieira rebate

Para o secretário de Estado americano, Marco Rubio, Lula não negociou de boa-fé e colocou o ego na frente. “Não deve haver qualquer dúvida quanto ao motivo: o presidente Lula e seu governo não negociaram com os EUA de boa-fé. Suas políticas econômicas são ruins para os americanos e ruins para os brasileiros. Ao longo do último ano, Lula colocou seu próprio ego à frente de alcançar um acordo em benefício do povo brasileiro, e essas tarifas são o preço dessa escolha”, publicou Rubio nas redes sociais.

O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, rebateu, no mesmo tom adotado pelo governo. Em nota lida à imprensa, afirmou que as declarações do colega americano “são inaceitáveis, ofensivas ao povo brasileiro e ao governo brasileiro”. “Rubio ataca de forma grosseira e arrogante o chefe de Estado de um país amigo. Claramente o que incomoda o governo dos Estados Unidos é o fato de o Brasil não ter se curvado às pretensões desmedidas e irrazoáveis apresentadas no curso das negociações”, afirmou.

Após série de contatos de equipes de governos, reuniões bilaterais dos presidentes dos dois países e participação direta de Flávio Bolsonaro em audiência pública em Washington, no qual defendeu o adiamento e a revisão das tarifas, a real negociação deve voltar só após as eleições. A partir de agora, além do impacto econômico

sobre cerca de 25% as exportações brasileiras para os EUA, a condução da crise deve figurar como um dos principais temas da campanha presidencial de 2026. A publicidade oficial e manifestações da esquerda já atuam nessa linha.

Tocada por Sidônio Palmeira, ministro da Secretaria de Comunicação Social, a propaganda de governo e de campanha centrada na soberania nacional se consolidou como reação oficial e política ao tarifaço, com discurso contrário a pressões externas e críticas a Flávio Bolsonaro.

“O Brasil é dos brasileiros” se firma como slogan de campanha de Lula

A publicidade oficial e as mensagens presidenciais exibem slogans como “O Brasil é

dos brasileiros”, que também aparecem em bonés e outras peças de mobilização. O governo busca com isso tornar a crise comercial ativo eleitoral e tachar os Bolsonaro de inimigos do país. Um sinal de como Lula usará a crise na campanha está na reação do ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, ao tarifaço: “A Frente Ampla de 2022 foi pela Democracia. A nova frente Ampla será pela Soberania e a dignidade patriótica do povo brasileiro”.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, postou que o Brasil está “sob ataque econômico movido por interesses políticos, ideológicos e eleitorais” e considerou “inaceitável utilizar a política ambiental brasileira e o PIX como pretextos para punir o Brasil”. “É especialmente grave que integrantes da família Bolsonaro, que tem o apoio do governador de São Paulo, Tarcísio

de Freitas, tenham colaborado ativamente para criar um ambiente favorável a medidas contra o próprio Brasil. Em nome de seus interesses eleitorais e familiares, trabalharam para enfraquecer o país, pressionar nossas instituições e causar prejuízos à população brasileira”, publicou no X.

Já o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) postou: “O tarifaço é obra dos Bolsonaros, que agiram como traidores da Pátria. Construíram isso junto ao governo Trump para evitar a prisão de Jair Bolsonaro. Eduardo e Tariflávio precisam ser responsabilizados e a resposta virá das urnas”.

Pré-candidato a deputado federal, ex-ministro José Dirceu engrossou as críticas e também cobrou uma posição do governador de São Paulo,

Tarcísio de Freitas. “O Brasil está sob ataque econômico movido por interesses eleitorais da família Bolsonaro. Não há razão para esse tarifaço imposto pelos EUA. Trata-se de uma interferência política nas eleições do Brasil [...] Chama a atenção o silêncio de Tarcísio de Freitas, que até agora não se posicionou para defender a economia paulista e os empregos do nosso estado.”

Aliados de Lula seguiram a crítica contra os “traidores da pátria”. “Após intensa articulação da família Bolsonaro, Trump confirmou novo tarifaço. Tudo para satisfazer o ódio de Flávio e seus irmãos ao país, que prendeu Jair Bolsonaro”, disse a deputada Érica Hilton (PSol-SP) no X.

Flávio tenta se firmar como o verdadeiro negociador com os EUA

O anúncio do tarifaço tornou a disputa comercial apenas política. Até agora, o governo concentrou a sua reação na promessa de utilizar a Lei da Reciprocidade Econômica, caso precise reagir às medidas dos EUA, e emprego de mecanismos de apoio a setores exportadores atingidos. “Nas três reuniões que nós tivemos, com o presidente Donald Trump, o vice-presidente J.D. Vance e o secretário de Estado, Marco Rubio, eu pedi expressamente: não taxem as empresas brasileiras. É um pedido que eu fiz, expresso, a eles”, argumentou Flávio Bolsonaro em nota.

A declaração foi apresentada pela campanha de Flávio como prova de que a sua interlocução em Washington buscou apenas evitar prejuízos às

empresas brasileiras e rebater a insistente narrativa do governo de que ele, o irmão Eduardo e parceiros nos EUA estimularam as sanções.

Nesta quinta, após o anúncio do novo tarifaço, o senador culpou Lula. “Lula não tem mais condições de ser o presidente do Brasil. Estamos num avião sem piloto. O Biden brasileiro está ranzinza, inconsequente e se tornou um perigo para a nossa nação. Quem olha pro Lula não enxerga futuro. Enxerga passado, atraso, incerteza, desconfiança, corrupção, incompetência, vingança... Chega! O Brasil tem futuro, mas não tem mais tempo a perder!”, postou nas redes sociais. Na manifestação que fez sobre o tarifaço, Lula contestou a postura de Flávio. “Pedir que o tarifaço contra o nosso país seja adiado para depois das eleições é mais uma atitude de traidores da Pátria. Nunca houve e não

há qualquer justificativa para tarifaço agora ou depois”, disse.

Especialistas temem substituição de negociação técnica por narrativas

Em entrevista à CNN Brasil, Roberto Azevêdo, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), lamentou a captura da disputa comercial pela estratégica de reeleição de Lula, ao se perceber ganhos de imagem do governo e de intenção de voto ao reagir aos EUA. Logo após a abertura da investigação comercial dos EUA, em junho de 2025, a disputa entrou na corrida presidencial. O resultado disso, diz Azevêdo, é o uso eleitoral de tema de forte impacto sobre exportações, investimentos e empregos, anulando negociação técnica e pragmática.

Para o cientista político Paulo Kramer, nunca houve sinais concretos de afinidade política entre Lula e Trump. “A tal química entre eles sempre foi uma ficção. Em três anos e meio, o petista atacou dezenas de vezes o presidente americano em declarações públicas”, explicou. Kramer lembra que Lula e aliados jamais deixaram de lado o discurso antiamericano, que segue a orientar uma política externa anacrônica. “Agora, diante do tarifaço, Lula recorre novamente a argumentos ideológicos para fazer da crise instrumento de mobilização eleitoral”.



[Voltar ao índice](#)



Fernanda Bolsonaro ganha espaço na pré-campanha após saída de Michelle do PL Mulher. (Foto: Reprodução/Instagram Flávio Bolsonaro)

Eleições

Quem é Fernanda Bolsonaro, que cresce na pré-campanha após saída de Michelle

Por Luisa Purchio

Casada com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desde 2010, Fernanda Antunes Figueira

Bolsonaro viveu boa parte da última década fora dos holofotes, mesmo fazendo parte de uma das famílias mais expostas da política brasileira. Nas últimas semanas, no entanto, esse cenário mudou.

Com a pré-campanha presidencial de Flávio Bolsonaro ganhando corpo para as eleições de outubro, Fernanda passou a ocupar um espaço que antes não era seu: o de figura pública com eventual papel estratégico na disputa. A guinada ocorreu após o desgaste público entre o senador e a madrasta, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), que saiu da presidência do PL Mulher e abriu um vácuo que começa a tentar ser preenchido com a presença de Fernanda Bolsonaro na linha de frente da campanha.

Cirurgiã-dentista com especialização em ortodontia e ortopedia facial, Fernanda Bolsonaro atende adultos e crianças em consultório próprio na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Com Flávio, tem duas filhas, Carolina e Luiza.

Ao lado dela, a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques — uma das diversas opções cotadas para ser vice na chapa de Flávio — também assume parte do espaço deixado por Michelle. Outro nome que ganhou força nesse movimento, ao menos regionalmente, é o da deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC), apontada por aliados — entre eles Eduardo Bolsonaro (PL-SP) — como possível companheira de chapa e que integra a aproximação com o eleitorado feminino. É com esse trio que a campanha aposta para reconstruir a ponte do senador com as

mulheres, justamente o segmento em que a família Bolsonaro enfrenta maior resistência.

As divergências entre Flávio e Michelle ganharam contornos públicos no fim de junho, quando a ex-primeira-dama acusou o enteado de tê-la maltratado, desrespeitado e humilhado, revelando que os dois não se falam desde o fim de 2025. Ela associou o afastamento a opiniões antagônicas sobre a aliança do PL com Ciro Gomes (PSDB), no Ceará.

Dias depois, Michelle deixou o comando do PL Mulher e mantém em compasso de espera a decisão sobre a candidatura ao Senado pelo Distrito Federal. Foi nesse contexto que Fernanda Bolsonaro publicou uma mensagem de defesa ao marido, descrevendo-o como "um homem leve,

respeitoso, carinhoso, restaurado e um pai dedicado" às duas filhas do casal.

A publicação foi um dos primeiros sinais de que ela passaria a assumir um papel mais ativo na comunicação da pré-campanha, algo que a equipe de Flávio Bolsonaro cogitava antes da crise, mas que ganhou urgência depois dela. Em 1º de julho, logo após a crise com Michelle Bolsonaro, Flávio levou a esposa a uma reunião com um grupo de mulheres do PL, que também contou com a presença de Júlia Zanatta.

No encontro, o senador citou Fernanda ao rebater uma fala do influenciador Paulo Figueiredo sobre o voto feminino: "inclusive está falando da minha esposa. Minha esposa está incluída nesse pacote de mulheres que não sabem votar?", questionou.

O episódio consolidou o formato que a campanha pretende repetir: Flávio usando a presença de mulheres próximas como resposta direta a ataques e como símbolo de estabilidade.

Fernanda deve passar por treinamento de mídia e ganhar equipe própria nas redes sociais, com presença mais constante em compromissos ao lado do marido. A ideia da campanha é aproveitar a formação de dentista para que ela verse sobre pautas ligadas à saúde pública, com destaque para a saúde feminina.

Esse eixo deve ganhar corpo com o lançamento do programa "Brasil por elas", coordenado por Daniella Marques e estruturado em quatro frentes: empreendedorismo, saúde, família e segurança. A iniciativa é a aposta mais concreta

da campanha para tentar reverter a resistência das mulheres à candidatura de Flávio, justamente o público em que Michelle Bolsonaro costumava atuar como principal interlocutora. Depois que Jair Bolsonaro indicou o filho à disputa presidencial, Fernanda estreou nas redes sociais, abrindo contas no Instagram e no X, e passou a gravar vídeos para a pré-campanha. Em um deles, ela resume o papel que Flávio tenta ocupar: "Não é à toa que você é o Bolsonaro moderado. Reeduquei ele." A frase tornou-se peça central da estratégia de apresentar Flávio como uma versão mais moderada da família, em contraponto à imagem do pai.

Antes do eventual protagonismo político, o nome de Fernanda havia aparecido em um processo que marcou a trajetória de Flávio: o caso da franquía de chocolates Copenhagen, comprada em 2014

pelo então deputado estadual em sociedade com o empresário Alexandre Ferreira Dias Santini. O Ministério Público do Rio de Janeiro chegou a suspeitar que o casal não teria condição financeira para arcar com a compra e a manutenção do negócio, no Shopping Via Parque. Documentos do sigilo bancário dela, quebrado durante a investigação, revelaram dois depósitos de R\$ 550 mil destinados à empresa, mesmo sem ela ser sócia formal do negócio.

Segundo a promotoria, ela teria sido a única do casal a colocar recursos próprios no capital de giro da franquia. O mesmo material apontou depósitos em espécie feitos pelo ex-assessor Fabrício Queiroz na conta dela, que a investigação suspeitava estarem ligados ao esquema, pouco antes de o casal pagar parcelas de um imóvel no Rio de Janeiro. O caso está encerrado. O Superior

Tribunal de Justiça anulou as provas da investigação em 2021, com base no direito de Flávio a ser julgado por instância superior; o Tribunal de Justiça do Rio rejeitou a denúncia em 2022; e, em fevereiro deste ano, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou o recurso apresentado pela promotoria, confirmando o entendimento já firmado nas instâncias anteriores.

Procurada, a assessoria de imprensa da campanha de Flávio Bolsonaro não retornou ao pedido de informações e entrevista sobre Fernanda Bolsonaro. O espaço segue aberto.



[Voltar ao índice](#)



Escolas argentinas promovem o patriotismo na infância relembrando as principais datas e personagens históricos do país. (Foto: EFE/ Juan Ignacio Roncoroni)

Educação

Como as escolas argentinas promovem o patriotismo

Por Bruno Sznajderman

No último dia 20 de junho, escolas argentinas de norte a sul celebraram o Dia da Bandeira. Além de

ser um feriado nacional local, a data tem um significado a mais para os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental: nesta semana, as crianças de 9 a 10 anos prometem lealdade à bandeira argentina, em uma cerimônia cívica. A comemoração é parte do esforço do governo argentino para promover o patriotismo ainda na infância.

No rito, além de cantarem o hino nacional, as crianças escutam discursos de professores e diretores sobre a importância da bandeira e dos símbolos do país. No final da cerimônia, fazem o tradicional juramento. "Prometem defendê-la, respeitá-la e amá-la, com tolerância fraterna e respeito, estudando com firme vontade, comprometendo-se a ser cidadãos livres e justos, acolhendo solidariamente, em suas diferenças, todos os que habitam nossa terra e transmitindo,

em cada um de nossos atos, seus valores permanentes e irrenunciáveis?", pergunta o condutor da cerimônia escolar, que escuta, em coro, as crianças responderem: "Sim, prometo!".

Após o ato principal, os alunos costumam receber um Diploma de Promessa ou Lealdade à Bandeira, geralmente assinado pelo diretor da escola, documento que, embora não tenha valor jurídico, como um diploma de conclusão de curso, possui enorme valor simbólico.

À Gazeta do Povo, a ex-professora e diretora de uma escola em Rosário, Beatriz Dolinsky, explicou que o rito acontece em todas "as escolas do país, sejam públicas ou privadas". "O ideal é que a cerimônia aconteça no Monumento Nacional à Bandeira, em Rosário, onde se

considera que Manuel Belgrano criou a bandeira, às margens do Rio Paraná. Se as escolas não viajam para Rosário, a cerimônia é realizada nas próprias instituições de ensino", explica Dolinsky. É nesse mesmo local que, anualmente, em 20 de junho, uma autoridade do Poder Executivo conduz a mesma cerimônia ocorrida nos colégios. Neste ano, o rito foi conduzido pela vice-presidente Victoria Villarruel.

A promoção da identidade patriótica e a aproximação das crianças com figuras que regem o país já foram comuns no Brasil. Atualmente, a execução do Hino Nacional, o hasteamento da bandeira e as cerimônias cívicas parecem uma realidade distante em comparação com o passado, ao passo que, no país vizinho, essas tradições são mantidas, os heróis nacionais são

devidamente reconhecidos e as datas que marcaram a história da Argentina são celebradas.

Escolas argentinas celebram ao menos cinco datas

Além do Dia da Bandeira, as instituições de ensino argentinas costumam celebrar datas que vão desde momentos importantes da história do país até a exaltação de figuras consideradas unânimes dentro da sociedade. Veja algumas delas.

Revolução de Maio

No dia 25 de maio, a Argentina lembra a Revolução de Maio, uma revolta pré-independência ocorrida em Buenos Aires, que, à época, ainda fazia parte do Vice-Reino do

Rio da Prata, uma colônia do Império Espanhol. Entre os dias 18 e 25 de maio de 1810, os revolucionários argentinos depuseram o vice-rei espanhol Baltasar Hidalgo de Cisneros e estabeleceram a Primeira Junta, o primeiro governo local. O episódio é considerado a primeira revolta bem-sucedida no processo de independência da América do Sul. Nas escolas, para além das usuais cerimônias com hasteamento da bandeira e execução do Hino Nacional, as instituições de ensino costumam organizar peças de teatro infantil, nas quais os alunos remontam os episódios da histórica Semana de Maio de 1810.

Independência da Argentina

Pouco mais de seis anos após a Revolução de Maio, no dia 9 de julho de 1816, a Argentina

declarou sua independência. Na data histórica, deputados das Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram a Ata da Independência, na cidade de San Miguel de Tucumán.

Hoje, a Casa Histórica de Tucumán, local da declaração que encerrou oficialmente o domínio espanhol sobre os territórios argentinos, é um dos principais símbolos nacionais e costuma receber visitas de crianças durante o período escolar, especialmente do quarto ao sexto ano.

Dia da Morte do General San Martín

O general argentino José de San Martín (1778-1850), figura importante no processo de independência de países da América Latina, como Chile, Peru e a própria Argentina, é considerado um herói nacional e símbolo da luta

sul-americana diante do domínio espanhol. Sua morte, no dia 17 de agosto, é recordada em escolas por todo país. Nas homenagens prestadas ao general, é comum uma cerimônia cívica com a participação de professores e diretores.

Em Mendoza, onde San Martín liderou o Exército dos Andes, uma força militar formada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata com o objetivo de expulsar as forças espanholas da região, as celebrações são mais intensas.

Lá, algumas escolas celebram a morte do general em todo o mês de agosto, conhecido também como o “Mês Sanmartiniano”. Além disso, colégios da região costumam levar seus alunos à cerimônia cívica realizada pelo governo de Mendoza, na Praça San Martín, no centro da

cidade, em homenagem à “passagem à imortalidade do general José de San Martín”.

Dia do Professor

Na Argentina, o Dia do Professor é celebrado em 11 de setembro, data que marca a morte do segundo presidente argentino, Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), considerado o “pai da sala de aula”. Sob sua gestão, Sarmiento tornou o ensino primário obrigatório, estabeleceu centenas de instituições educacionais e militares, incluindo escolas de professores, e fundou bibliotecas públicas.

Em geral, no Dia do Professor, além da homenagem das crianças aos docentes, também ocorrem cerimônias cívicas.

Guerra das Malvinas

Presente na memória coletiva do povo argentino até hoje, a Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido, ocorrido em 1982, pela disputa da soberania das Ilhas Malvinas, pequeno arquipélago localizado no Atlântico Sul.

A batalha em que os argentinos saíram derrotados durou pouco mais de dois meses e custou a vida de 649 soldados sul-americanos, abrindo uma ferida que até hoje não se sarou no país vizinho. Nos colégios da Argentina, a diretriz de ensino é clara: as Malvinas são argentinas, e o conflito de 1982 se deu por uma tentativa do Reino Unido, à época comandado por Margaret Thatcher, de "usurpar" o arquipélago — versão contestada pelos britânicos.

Além disso, nas escolas, os veteranos e mortos são lembrados no dia 2 de abril, data em que a Argentina celebra o Dia do Veterano e dos Caídos na Guerra das Malvinas. Em algumas instituições, durante as cerimônias, é comum que veteranos da Guerra das Malvinas sejam convidados a compartilhar seus relatos com os estudantes e a receber homenagens dos alunos.

Bolsonaro criou programa para valorizar o "amor à pátria"

No ano de 2019, como uma das principais bandeiras na área da educação da última gestão federal, liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governo implantou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que tinha como um de seus objetivos, segundo o próprio

ex-mandatário, valorizar o "amor à pátria". O programa era uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Defesa, e funcionava de uma maneira diferente das escolas militares, até hoje mantidas pelas Forças Armadas.

O currículo escolar das escolas cívico-militares continuava sob responsabilidade das secretarias estaduais de Educação, assim como nas demais escolas civis, mas militares, que poderiam ser integrantes da Polícia Militar ou das Forças Armadas, atuavam como monitores da instituição, estabeleciam normas de convivência e podiam aplicar medidas disciplinares. “Tem que botar na cabeça dessa garotada a importância dos valores cívicos-militares, como tínhamos há pouco no governo militar, sobre educação moral e cívica, sobre respeito à

bandeira”, disse Bolsonaro, em discurso em novembro de 2021.

O governo anterior também se apoiou em escolas cívico-militares estaduais já existentes em estados como Goiás e Amazonas, sob a justificativa de que o modelo havia melhorado o desempenho dos estudantes, sobretudo entre os alunos das classes mais pobres.

Segundo o ex-presidente, a criação dos novos colégios também demonstrava o compromisso do governo de “resgatar o pobre, o que não se faz apenas por meio de projetos sociais, que, em grande parte, não o resgatam, mas dando-lhe o devido conhecimento”. Durante a gestão de Bolsonaro, foram criadas pouco mais de 200 escolas cívico-militares, e os resultados do

programa satisfizeram o governo, sobretudo na segurança escolar: segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação em dezembro de 2022, a violência física caiu em 82%. Outros resultados celebrados foram em relação ao abandono escolar, que, segundo a mesma pesquisa, caiu em quase 80%.

Crítico do modelo escolar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em seu primeiro ano da terceira gestão, encerrou o programa de escolas cívico-militares, criado por Bolsonaro. O petista apontou que a "manutenção [das escolas] não é prioritária e que os objetivos definidos para sua execução devem ser perseguidos mobilizando outras estratégias de políticas educacionais".

Como parte do desmonte, o Ministério da Educação desmobilizou os integrantes das Forças Armadas designados para atuar nas escolas, apontando também que o programa induzia ao desvio de finalidade das atividades dos militares.

Entretanto, estados e municípios que quisessem manter o programa poderiam fazê-lo sem o financiamento federal. Foi o caso de São Paulo, que anunciou a ampliação das escolas cívico-militares logo após o MEC encerrar o programa federal. "Fui aluno de Colégio Militar e sei da importância de um ensino de qualidade e como é preciso que a escola transmita valores corretos para os nossos jovens", afirmou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A medida foi acompanhada pelos governos do Distrito Federal, de Goiás e do Paraná. A meta para o estado paranaense até o final do ano é estabelecer, ao todo, 345 colégios cívico-militares, consolidando a maior rede desse modelo de ensino no Brasil.

O modelo de escolas cívico-militares do estado de Goiás virou destaque internacional neste ano. Em maio, a revista científica *International Journal of Educational Development* publicou uma pesquisa que mostrou que o modelo adotado no estado goiano contribuiu para a melhoria no desempenho acadêmico e redução da violência no ambiente escolar.

A pesquisa liderada pelo pós-doutor Jevuks Matheus de Araújo, professor da Universidade

Federal da Paraíba (UFPB), e que abrangeu cerca de 66 mil estudantes de 47 municípios goianos, mostrou que as escolas tiveram uma redução de aproximadamente 10% nas taxas de reprovação, aumento de 15,25 pontos no desempenho em matemática e elevação de 11,61 nas notas de português.

À Gazeta do Povo, Jevuks afirmou que há “evidências robustas de que a militarização das escolas públicas em Goiás teve impacto positivo no desempenho dos alunos e na segurança escolar”. “Percebo que, no Brasil, é bastante comum que questões ideológicas se sobreponham a fatos e evidências”, disse o pesquisador, ao apontar que, “frequentemente, decisões sobre a criação ou encerramento de programas são tomadas sem o devido embasamento em estudos”.

Outro caso apontado pelo especialista é o da disputa judicial entre o Governo de São Paulo e o Tribunal de Justiça do Estado (TJSP). Atualmente, o governo paulista trava uma batalha judicial para a implantação de 100 escolas cívico-militares, após a decisão do TJSP que suspendeu a lei que instituía o modelo estadual. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e até a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do PSOL, que denunciou o modelo sob o argumento de que representaria “violação de direitos fundamentais”. Em resposta à legenda, o Comitê dos Direitos da Criança (CDC) da ONU chegou a recomendar que o Brasil proibisse a “militarização das escolas públicas”.

Entretanto, a decisão da ONU não tem caráter obrigatório, como explica a reportagem da Gazeta do Povo.

"Símbolos nacionais foram deixados de lado", analisa cientista político

Para o cientista político Leandro Consentino, por motivos que vão além das escolas e, no Brasil, por razões ideológicas, "os símbolos nacionais foram deixados de lado". "Parte do sentimento nacionalista está se esvaindo, não só no Brasil, como em outros lugares. De 50 anos para cá, a vasta maioria dos países, sobretudo países democráticos, deixaram parte do culto aos símbolos nacionais um pouco de lado".

Embora, segundo o analista, isso seja "uma característica dos nossos tempos", ele aponta que no Brasil há uma identificação direta "dos símbolos nacionais com o militarismo". "Por outro lado, há uma mobilização política para retomar os símbolos nacionais, mas com um

certo viés ideológico", aponta Consentino, exemplificando o caso da camisa da seleção brasileira, que, atualmente, é rechaçada por parte dos brasileiros de esquerda. "Esse lado da mobilização ideológica dificulta a recuperação desses símbolos nacionais. 'Se você está usando isso ou está enaltecendo algum símbolo pátrio é porque você é identificado com o bolsonarismo', isso aumenta essa dificuldade". No espectro político-eleitoral, ele afirma que a esquerda "deixou de mobilizar certos símbolos nacionais, um pouco por causa dessa coisa de embalar tudo com rechaço à ditadura, ao passado militar, e o patriotismo entra nesse combo".



[Voltar ao índice](#)



Eraí Maggi Scheffer, o "Rei da Soja", em vídeo institucional do Bom Futuro: à frente do grupo, empresário detém 700 mil hectares de área cultivada (Foto: Reprodução/YouTube/Bom Futuro)

Apesar do Estado

Como Eraí Maggi construiu um império no agro

Por Célio Yano

No agronegócio brasileiro, poucos nomes

personificam tão bem o processo de transformação do campo como Eraí Maggi Scheffer. Considerado o novo “Rei da Soja”, o empresário comanda o Grupo Bom Futuro, conglomerado que ultrapassou o ramo da produção agrícola para se tornar uma potência logística, energética e industrial, com um faturamento que supera os R\$ 6 bilhões anuais, segundo estimativas do mercado.

Com mais de 700 mil hectares de área cultivada – superior ao território de países como Brunei, Cabo Verde e Trinidad e Tobago –, a empresa produz a cada ano cerca de 1,9 milhão de toneladas de grãos e 360 mil toneladas de pluma de algodão. O império detém ainda 12 usinas hidrelétricas e três fotovoltaicas, além do maior aeroporto privado do Centro-Oeste, em Cuiabá.

Além de expressivos, os números chamam a atenção pelo forte contraste com os de sua origem, no Sul do país. Na década de 1970, os Maggi Scheffer cultivavam uma área de apenas 65 hectares na cidade de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, operando sob o modelo tradicional de pequenos colonos.

A família, liderada por Antônio Clarismundo Scheffer e Luzia Maggi Scheffer, migrara, anos antes, da pequena Três Cachoeiras, no litoral norte do Rio Grande do Sul, em busca de uma vida melhor no interior paranaense.

Nesse cenário é que Eraí Maggi, terceiro de sete irmãos, forjou sua ética de trabalho. “Aos 9 anos, além de frequentar a escola, pegava no pesado na lavoura e cedinho acordava para tirar leite das

vacas”, conta o historiador Nei Duclós, no livro *A Marcha do Grão de Ouro*.

Com a morte de precoce do patriarca da família em um acidente, em 1976, aos 18 anos assumiu a gestão dos negócios agrícolas, em um ambiente econômico de severa restrição de crédito. “A gente tinha trator, mas a terra ainda era cara. Resolvíamos o problema alugando os sítios dos vizinhos”, relatou o empresário em 2002, em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro*. A estratégia de arrendar terras alheias para otimizar a capacidade ociosa do maquinário seria a espinha dorsal de sua agressiva expansão para o Centro-Oeste. Além de maximizar a eficiência de terras que não possuía, passou a operar com o risco e a coordenar equipes.

Em pouco tempo, contornando os limites produtivos por meio do arrendamento, Eraí conseguiu multiplicar sua área cultivada, passando a operar cerca de 100 alqueires em apenas cinco anos. O encarecimento das terras no território paranaense, no entanto, tornou-se um obstáculo em seu caminho.

A abertura do Cerrado e a migração de Eraí para Mato Grosso

Entre o final da década de 1970 e o início de 1980, a política de integração nacional incentivava a migração para o Centro-Oeste brasileiro, transformando o bioma do Cerrado num vasto canteiro de testes agronômicos. Nessa fase, Eraí contou com uma importante ajuda de seu tio materno, André Maggi, que identificou uma oportunidade de arrendamento em

Rondonópolis, no sul de Mato Grosso. As terras, denominadas Fazenda Bom Futuro, pertenciam a três médicos paulistas e totalizavam 2,5 mil hectares vocacionados para a agricultura e 1 mil hectares para a pecuária.

No arranjo que organizaram, o tio daria a garantia financeira e o capital de giro, enquanto os sobrinhos entrariam com a força de trabalho e a gestão direta no campo. Era 1982 quando Eraí liquidou a propriedade da família no Paraná e utilizou o capital para migrar definitivamente para o Centro-Oeste.

A estratégia do negócio revelou-se altamente lucrativa. Os pagamentos anuais aos proprietários das terras eram realizados diretamente em sacas de soja, blindando a

operação contra a instabilidade da moeda brasileira da época. Em 1984, diante dos bons resultados, a família investiu na aquisição de terras próprias em um distrito de Campo Novo do Parecis, também no Mato Grosso, onde hoje fica o município de Sapezal.

Em 1994, a Fazenda Bom Futuro sofreu um forte prejuízo em razão de uma estiagem que gerou perdas na lavoura e no caixa do negócio. “Aí o tio André perguntou se a gente queria tocar a fazenda sozinhos”, relatou Eraí em registro do site do Grupo Bom Futuro. Com o direito de preferência e capitalizado pelos lucros subsequentes, a compra definitiva da Fazenda Bom Futuro pelos Maggi Scheffer foi oficializada em 1995. Tinha início o império do Grupo Bom Futuro, abrindo caminho para uma escalada sem precedentes na história da agricultura tropical.

A estratégia de expansão parcelada

Com a base consolidada em Rondonópolis, Eraí adotou uma doutrina de expansão geográfica metódica, financiando novas aquisições com os fluxos de caixa operacionais e linhas de crédito. A expansão ocorreu por meio de um avanço tático sobre áreas de transição no Cerrado. Sapezal, município que nasceria essencialmente em redor da infraestrutura agrícola instalada pela família, tornou-se o principal polo de crescimento da Bom Futuro.

Nos anos 1990, alavancados pela venda estratégica de terras ao grupo Ceval, que demandavam áreas para eucalipto, os irmãos realizaram pesadas aquisições na região de Campo Verde. “O projeto era comprar 10 mil hectares, compramos 3 mil e fomos comprando

mais, de maneira fracionada”. A abordagem permitiu que cada nova parcela adquirida fosse rapidamente incorporada ao ciclo produtivo e gerasse o seu próprio retorno sobre o investimento antes da etapa seguinte.

Foi em Campo Verde que, em 1998, a Bom Futuro instalou a sua primeira Indústria de Beneficiamento de Algodão (IBA), na Fazenda Santo Antônio, um marco que assinalaria a transição da empresa de mera produtora de grãos para o complexo agroindustrial.

No ano 2000, as operações estenderam-se de forma vigorosa para a região do Médio Norte de Mato Grosso, consolidando uma vasta rede logística que abrangia mais de 100 mil hectares de área cultivada logo no início da década.

Como Eraí desbancou o primo Blairo e se tornou o novo Rei da Soja

Durante muito tempo, o título informal de “Rei da Soja” no Brasil esteve nas mãos de seu primo, Blairo Maggi, que, por sua vez, o herdara de Olacyr de Moraes. A coroação de Eraí ocorreu no início dos anos 2000, em meio a uma divergência estratégica entre os dois ramos da família. Sob a liderança de Blairo, a Amaggi decidiu redirecionar seu capital, voltando o negócio para outras etapas da cadeia do agronegócio (trading, infraestrutura hidroviária no Rio Madeira, esmagamento de sementes e exportação) e passando a originar soja produzida por terceiros para abastecer os mercados globais.

Eraí, em contrapartida, desenvolveu investiu cada vez mais no domínio sobre a atividade primária,

dando ênfase na operação “dentro da porteira”. Seu foco prioritário no aumento da produção permitiu à Bom Futuro atingir taxas de expansão da área cultivada superiores a 20% ao ano.

Na safra de 2005/2006, os números indicavam que a virada na liderança estava próxima; no ciclo de 2009/2010, a diferença já era insuperável. Nessa temporada, Eraí plantou 223 mil hectares da oleaginosa — a maior extensão alguma vez cultivada por um único produtor no país. O grupo de Blairo cultivou cerca de 168 mil hectares no mesmo período.

Duas decisões foram cruciais para a consolidação desse domínio: a rápida adoção de tecnologias de agricultura de precisão para elevar as produtividades muito acima da média nacional

(ultrapassando as 66 sacas por hectare em grandes extensões); e o arrendamento contracíclico de áreas.

Ao assumir o risco direto da produção, a Bom Futuro sacrificou a presença na exportação direta, mas monopolizou a oferta na origem, tornando grandes tradings, como Bunge, Cargill, Sadia e a própria Amaggi, dependentes dos seus volumes.

Fiel ao Mato Grosso, Eraí usa crédito em dólar para contornar variação cambial

A sustentação de taxas de crescimento de dois dígitos em um setor caracterizado pela volatilidade climática ancorou-se em dois pilares: a contratação de crédito em dólar e a fidelidade

geográfica ao Mato Grosso. Ao contrário de outros conglomerados agrícolas contemporâneos que pulverizaram o risco geográfico expandindo-se para a fronteira do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), o atual Rei da Soja concentra 100% dos seus esforços de expansão no Mato Grosso. Sua lógica é baseada no clima, mas também no retorno sobre o capital.

A grande vantagem competitiva de Mato Grosso é a capacidade de realizar duas safras plenas anuais (soja no verão, e milho e algodão na “safrinha”), graças ao ciclo de chuvas altamente previsível. “Cada vez que eu vou num outro Estado, mais eu quero ficar no Mato Grosso. Aqui, o clima é muito firme e as terras, muito bacanas”, disse, no ano passado, ao portal The Agribiz.

Ao longo das décadas, o empresário optou por financiar as suas operações em dólar, abandonando linhas de crédito rural subvencionadas tradicionais, como o Plano Safra. Como as commodities que produz, como soja, algodão e milho, são precificadas em dólar na Bolsa de Chicago, endividar-se na moeda norte-americana elimina o risco cambial estrutural, ao mesmo tempo que liberta a empresa das altas taxas de juro praticadas no Brasil.

Ele defende abertamente que os médios produtores devem perder o medo de contrair dívidas dolarizadas como mecanismo de defesa contra o encarecimento do crédito local.

O modelo provou a sua eficácia em cenários de crise econômica, como entre 2005 e 2007, quando o agronegócio mato-grossense atravessou sua fase mais crítica em quarenta anos, com a praga da ferrugem asiática, excesso de chuvas, quebra nas cotações internacionais e a alta valorização do real frente ao dólar.

Milhões de hectares deixaram de ser cultivados em razão do colapso financeiro de milhares de produtores. Na ocasião, o Grupo Bom Futuro atuou de forma contracíclica. Eraí aproveitou a descapitalização dos seus pares para fechar parcerias de longo prazo, assumindo terras de grupos endividados em troca de financiamento do custeio. Apenas nesses dois anos, a área cultivada do grupo saltou de 110 mil para cerca de 160 mil hectares.

As novas aquisições bilionárias do Grupo Bom Futuro

Engana-se quem pensa que a agressividade para a aquisição de terras ficou no passado. Em 2025, o grupo desembolsou perto de R\$ 1,8 bilhão à vista pelas fazendas Itaipu e Tupi Barão, que pertenciam ao fundo de private equity americano Proterra, incorporando de imediato 43 mil hectares ao seu portfólio. Nesta semana, a Bom Futuro desembolsou R\$ 871,25 milhões por 18,7 mil hectares que pertenciam à Radar, companhia controlada pela Cosan, demonstrando sua capacidade de liquidez em meio a uma onda de recuperações judiciais no setor.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Cerco a perito que mirou Moraes e Toffoli é novo alerta do STF a delatores
- Jogadores de bets relatam tentativas de suicídio, ansiedade e perda do patrimônio
- Candidatos da terceira via de 2022 estão fora da política, na oposição regional ou fazendo o L
- O que é a “Dieta da Bíblia”, cada vez mais popular entre os conservadores
- Quem é e o que quer a nova Bancada da Esquerda Radical
- Governos e grandes fundações financiam ongs radicais pró-Palestina

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice